

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Public policies for milk activity in the white duck municipality of southwest of Paraná

Cleverson Malagi
Marcos Junior Marini

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO NO SUDOESTE DO PARANÁ

Public policies for milk activity in the white duck municipality of southwest of Paraná

*Cleverson Malagi
Marcos Junior Marini*

Resumo: O objetivo deste artigo é levantar as políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Público em relação à atividade leiteira do município de Pato Branco, abordando aspectos socioeconômicos e a influência da atividade leiteira para o desenvolvimento endógeno. Utilizou-se um estudo de caso, a partir de uma pesquisa quantiquantitativa. Para coleta de dados utilizou-se fontes secundárias a partir da consulta em bases governamentais. Os resultados demonstram que a maior atuação em termos de políticas públicas é realizada pelo próprio município por meio da Secretaria de Agricultura. Em relação ao desenvolvimento endógeno local, a atividade leiteira é forte indutora, contribuindo de forma considerável na questão socioeconômica. Constatou-se ainda que a atividade demanda de maior organização local. Por outro lado, observa-se uma constante expansão da atividade leiteira no Município com grandes ganhos de produção e renda. Como estudos futuros, sugere-se identificar o conjunto participante desta possível rede leiteira, bem como, seus níveis de relacionamentos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Endógeno. Atividade Leiteira. Políticas Públicas. Sudoeste do Paraná

Abstract: The objective of this article is to raise the public policies developed by the Public Power in relation to the milk activity of the municipality of Pato Branco, addressing socioeconomic aspects and the influence of the milk activity for endogenous development. A case study was used, based on a quantitative research. Secondary sources were used for data collection from the consultation on governmental bases. The results show that the greatest performance in terms of public policies is carried out by the municipality itself through the Department of Agriculture. In relation to the local endogenous development, the milk activity is strong inducing, contributing considerably in the socioeconomic question. It was also verified that the activity demands greater local organization. On the other hand, there is a constant expansion of dairy activity in the Municipality with large gains in production and income. As future studies, it is suggested to identify the participant set of this possible dairy network, as well as their levels of relationships.

Keywords: Endogenous Development. Milk Activity. Public policy. Southwest of Paraná

JEL: Q1; Q13; Q18.

INTRODUÇÃO

As discussões envolvendo o desenvolvimento local ganharam ênfase a partir das duas últimas décadas do século XX, em um movimento chamado na literatura de endogeneização do desenvolvimento. A busca para uma melhora das condições socioeconômicas estimulando seu crescimento por meio de políticas públicas específicas da mesma forma mostra-se recorrente.

No Brasil, a busca pelo planejamento através de políticas públicas estatais que contemplem os diversos setores da economia é recente, posto que o primeiro Plano Plurianual (PPA) data de 1991, ainda sem a forma adequada para sua aplicabilidade e mensuração do alcance das metas propostas pelo Estado (AMARAL FILHO, 2001; BOISIER, 2001).

Com o passar dos anos, o Estado brasileiro buscou melhorar o implemento de políticas públicas capazes de dar conta da demanda existente nos mais variados setores, bem como, a busca de um desenvolvimento local mais efetivo, ainda muito longe do ideal é verdade. Além da União, os Estados membros e os Municípios, passaram a preocupar-se e a atuarem de forma direta na busca da melhoria dessas formas de desenvolvimento local.

Nesse sentido, objetivando a melhora da qualidade de vida das pessoas observa-se uma maior discussão acerca da valorização do território local e regional. O que pode ser observado é o surgimento de uma inter-relação mais próxima de governantes e atores locais com o objetivo comum de desenvolver o território (ALBUQUERQUE, 1998; BOISIER, 2001; CUERVO GONZÁLEZ, 1999).

Diante do exposto, considera-se o desenvolvimento a partir das particularidades de cada território em suas diversas dimensões (econômica, social, ambiental, política, institucional). Por conseguinte, em nível territorial existe um potencial de recursos (humanos, institucionais, econômicos e culturais) que supõe um potencial de desenvolvimento endógeno (ALBUQUERQUE, 1998).

Por outro lado, para que possamos estimular uma atividade econômica e a promoção do desenvolvimento endógeno, imprescindível que tenhamos políticas públicas voltadas para tal finalidade. A questão das políticas públicas municipais voltadas para o planejamento do território local, em especial no que concerne a atividade leiteira, objeto de estudo do presente artigo, é algo de suma importância para que esta atividade se fortaleça e amplie sua importância socioeconômica no município.

Considerando a importância do desenvolvimento endógeno e das políticas públicas, assim como a influência que estas exercem para a endogeneização, temos como principal objetivo do presente artigo, analisar as políticas públicas do poder público municipal no contexto da atividade leiteira do município de Pato Branco.

No que se refere à metodologia, o presente estudo classifica-se como estudo de caso, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, a partir da utilização de fontes secundárias, com uma abordagem quantitativa para a interpretação dos dados e análise dos resultados da pesquisa.

O presente artigo possui além desta parte introdutória, uma seção destinada ao referencial teórico onde tratamos dos conceitos de desenvolvimento endógeno e de políticas públicas. Na sequência, falamos da metodologia utilizada, chegando aos resultados encontrados, e, uma última seção com as conclusões obtidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abordaremos nesse referencial teórico, os conceitos de desenvolvimento endógeno e de políticas públicas conforme as seções que seguem.

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Com o passar dos tempos tanto pela eminente crise vivida por algumas regiões, quanto pelo surgimento de novos polos de desenvolvimento especialmente no que se refere à industrialização, novas formas de produção e de organização produtiva surgiram.

Para Amaral Filho (2001), especialmente quando observamos as regiões mais interioranas dos países, podemos observar uma busca endógena para melhorar tanto seus destinos quanto os meios de recursos utilizados para a efetiva realização do processo econômico, deixando claro com isso na visão do autor que essa organização do território em questão passou a ter a partir disso um papel de fato ativo na sociedade.

Ainda para o mesmo autor, o conceito de desenvolvimento endógeno, do ponto de vista regional:

pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Do ponto de vista dos conceitos de desenvolvimento regional a partir das visões de "polo de crescimento" (Perroux, 1995), "causação circular cumulativa" (Myrdal, 1957), "efeitos para trás e para frente" (Hirschman, 1958), todos passam a dar maior destaque aos fatores dinâmicos de aglomeração, considerando complementaridade entre os agentes, firmas e setores.

O que se observa a partir de então, é que o desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, não sendo apenas mais pelas forças do mercado, ou por qualquer influência apenas externa.

Resultado dessa estruturação como modelo alternativo de desenvolvimento regional, temos nos históricos positivos, negativos ou em curso. À luz dessa visão, temos um desenvolvimento apontamentos de Boisier (1988) uma "organização social regional", ou na definição de Schmitz (1997) de "ação coletiva". Como resultado disso, observa-se uma maior participação dos atores locais, cabendo a estes uma maior amplitude em suas decisões. Tal ampliação coloca nas mãos dos atores locais, o destino do desenvolvimento econômico local e regional, influenciando diretamente em processos endógeno de baixo para cima, ou seja, aquele que considera as potencialidades econômicas originais.

Fator de suma importância citado por Garofoli, é o grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) desses sistemas, sendo que essa autonomia é fruto de várias inter-relações entre as empresas e os diversos setores produtivos locais, entre o ambiente e o contexto local. Ou seja, na visão do autor são um conjunto de fatores

históricos, sociais e culturais sedimentados na comunidade e nas instituições locais. (GAROFOLI, 1992).

Essa aglomeração de empresas produzindo o mesmo produto em uma determinada região específica converge para um ganho sobremaneira de vários fatores importantes conforme já observava Marshall tais como maior fluxo de informações, notoriedade e reputação da região, maior circulação de conhecimento científico e tecnológico. Nesta direção, Porter (1990) enfatiza que a aglomeração de setores produtivos, gera condições apropriadas para a multiplicação de fatores diferentes dos originais, culminando assim para um ganho considerável para o desenvolvimento.

Conforme observa Amaral Filho (2001) quanto à concepção de desenvolvimento regional a interação entre os agentes assume posição de destaque. Contudo, essa interação só é possível na presença de três elementos: (i) construção de confiança; (ii) criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação, e (iii) proximidade organizacional (esse como resultado da combinação dos outros dois elementos).

Neste sentido, cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço, em nível territorial existe um potencial de recursos (humanos, institucionais, econômicos e culturais) que supõe um potencial de desenvolvimento endógeno, assim o desenvolvimento endógeno é produzido como resultado de um forte processo de articulação de atores locais e de variadas formas de capital intangível, num projeto político coletivo de desenvolvimento do território em questão. Desta forma todo processo de desenvolvimento endógeno, se vincula a um desenvolvimento local de uma maneira assimétrica (ALBAGLI, 2004; ALBUQUERQUE, 1998; BOISIER, 2001).

Há que se levar em conta ainda no que concerne ao desenvolvimento local, a questão de compreensão do território, uma vez que este pode ter variados tamanhos. Para Di Pietro (1999) o local é um conceito relativo a um espaço mais amplo. Não se pode analisar um local sem fazer referência ao espaço mais amplo em que se insere (município, departamento, província, região, nação). Atualmente se joga com a oposição local/global mostrando os paradoxos e as relações entre os dois termos (DI PIETRO, 1999).

O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. O desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município (BOISIER, 2001).

Ainda para Boisier (2001), num processo de crescimento econômico e de transformação estrutural que conduz a uma melhora na qualidade de vida da população local, se pode identificar três dimensões: uma econômica, onde os empresários locais usam de sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para serem competitivos nos mercados; outra sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base para o processo de desenvolvimento; e, finalmente, uma dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegido de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local.

De acordo com Boisier (2001) a endogeneização do desenvolvimento regional deveria ser entendida como um fenômeno que se apresenta por pelo menos quatro

pontos que se cruzam: um plano político, um plano econômico, um plano científico e tecnológico e um plano cultural. Desta maneira conforme observa o autor, vai se criando um cenário ocupado por uma variedade de atores públicos e privados de cuja interação surge a sinergia necessária.

Assim, desenvolvimento endógeno pode ser entendido como uma propriedade emergente de um sistema territorial que possui um elevado estoque de capitais intangíveis e sinérgico (BOISIER, 1999).

Neste sentido, todo processo de desenvolvimento endógeno se vincula ao desenvolvimento local de uma maneira assimétrica; o desenvolvimento local é sempre um desenvolvimento endógeno, porque este pode encontrar-se em escalas supra locais, como em escala regional, por exemplo, (BOISIER, 2001).

Aliado a isso, temos as políticas públicas, as quais tem papel significativo para que ocorra o desenvolvimento endógeno local. Na próxima seção, será abordado esse conceito, que é o foco principal para a análise do presente estudo.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Definir Política pública é algo complexo, uma vez que não se tem um único significado, e autores abordam a questão de diversas maneiras. Contudo, de acordo com Souza (2006), as definições de políticas públicas têm como pauta a resolução de problemas, e o lócus onde os debates, as ideias e preferências se voltam, são direcionados para o governo. Autores como: Dye (1984) aborda que esta pode ser entendida como o que o governo escolhe fazer ou não fazer, para Lynn (1980), tem como premissa um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, Mead (1995), relata que esta analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Souza (2006) discorre que nesse sentido, a política pública pode ser entendida como um campo de conhecimento, o qual coloca em ação o governo e analisa essas ações, bem como as altera caso necessário. É por meio destas que os governos criam seus projetos e programas os quais vão se traduzir em benefícios para a população.

Já para Costa (1998), política pública é assim definida:

Considera-se como política pública o espaço de tomada de decisões autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesse (COSTA, 1998, p.7).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, de forma endógena, buscando assim uma melhora das condições socioeconômicas da população envolvida.

METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se quanto aos seus objetivos como descritiva de caráter exploratório, já quanto aos procedimentos técnicos e o método de pesquisa a ser utilizado, classifica-se como estudo de caso. No que concerne aos procedimentos para coleta e interpretação dos dados será adotada uma abordagem a partir de uma análise quantiqualitativa visando levantar as políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Público para a atividade leiteira do município de Pato Branco.

Em relação a esta abordagem quantiquantitativa, Gil (2014, p. 28) aponta que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. Logo, tornam-se mais complexas.

Quanto à fase exploratória da pesquisa, Minayo (2000), diz que nessa fase a importância fundamental é exorcizar o empirismo das abordagens sociais. Logo, situam-se os conceitos básicos de um marco teórico, a problemática de definições do objeto, a construção dos instrumentos de abordagem empírica, a amostragem na investigação qualitativa e a aproximação do campo. (MINAYIO, 2000).

Em relação ao método de estudo de caso, ressalta-se que é: "um dos empreendimentos mais desafiadores na pesquisa". (YIN, 2010, p. 23). Ainda neste debate, o autor afirma que:

[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. YIN (2010, p. 39).

Diante do exposto, a presente pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, considerando que a mesma pretende investigar os fenômenos exatamente como eles ocorrem, sem qualquer intervenção significativa do pesquisador através de uma análise das políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Público para a atividade leiteira do município de Pato Branco.

Seguindo com os encaminhamentos metodológicos da pesquisa, a coleta de dados foi guiada pela utilização de fontes secundárias. Para caracterizar a atividade leiteira, foram utilizadas bases governamentais, a partir de repositórios como: Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Departamento de Economia Rural (DERAL), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já para a análise das políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Público municipal, foram utilizados documentos e informações secundárias extraídas da Secretaria Municipal de Agricultura de Pato Branco, *lôcus* da presente pesquisa, a partir de um recorte temporal dos últimos 05 (cinco) anos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Caracterização do *lôcus* da pesquisa

O presente trabalho se concentrou no Município de Pato Branco, pertencente à mesorregião do Sudoeste, e a Microrregião de Pato Branco no Paraná. Sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2017 em 80.710 habitantes. Possui uma área total de 539.087 km² (IBGE, 2017).

Segundo dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB), por meio do Departamento de Economia Rural (DERAL) e do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Estado do Paraná (EMATER-PR) é o segundo maior produtor de leite do Brasil com 4,8 bilhões de litros por ano

(SEAB, 2015). Ademais, representa a cadeia produtiva mais importante para os agricultores familiares do Estado. Esta produção estadual é obtida por 110.000 produtores, dos quais 86% são pequenos produtores com até 250 litros/dia, sendo que a maioria das propriedades tem até 50 ha (SEAB, 2015).

Conforme Bazotti *et al.* (2012), na classificação dos produtores, segundo seu porte (produção de litros/dia), verifica-se que 55,3% dos produtores com produção até 50 litros/dia são responsáveis por 14,7% da produção paranaense de leite. Na outra ponta, apenas 5,9%, que produzem acima de 251 litros/dia, respondem por 41,8% da produção, considerando o censo agropecuário 2006.

O Território do Sudoeste que abrange 42 municípios, segundo a SEAB/Deral (2011), produziu 936.978.440 litros de leite e o VBP - Valor Bruto da Produção Agropecuária, desta produção foi de R\$ 730 milhões. Segundo os dados do IBGE (2006), a bovinocultura de leite está presente em 59,5% das propriedades rurais do Território Sudoeste do Paraná e nos 42 municípios, das 50.128 propriedades identificadas, 29.832 produzem leite. No entanto, se considerarmos a informação identificada no estudo do IPARDES (2009), deste total, aproximadamente 25.906 estão inseridos no mercado da cadeia do leite. Em 2011, o leite, nesta região foi produzido por 267.178 vacas e a produtividade média foi de 3.506 litros/vaca/lactação, ou seja, 11,49 litros/vaca/dia. A produção diária por família foi de 96 litros/dia em 2011 (IBGE, 2006; SEAB/Deral, 2011). A produtividade média por área estimada foi de 3.507 litros/hectare/ano.

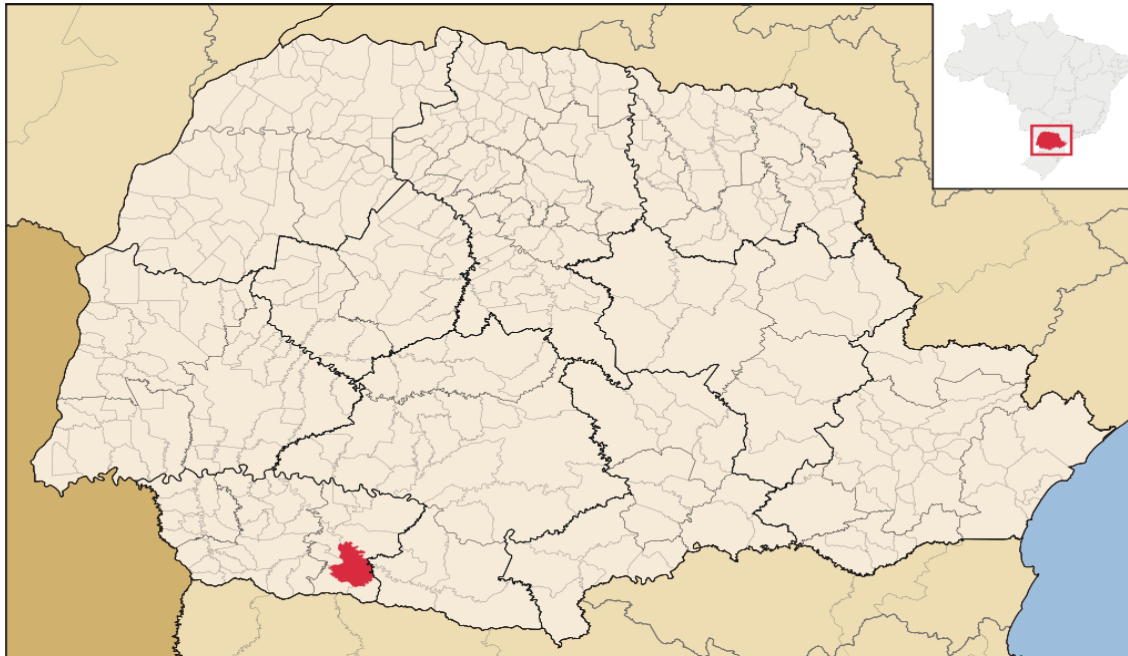
Já a microrregião de Pato Branco, segundo dados da SEAB (2015) é o quinto maior produtor de leite do Estado do Paraná, produzindo aproximadamente 332 milhões de litros de leite por ano. No que concerne à produtividade, a microrregião de Pato Branco ocupa a segunda posição em nível de Estado, com 4.372 litros/vaca/ano.

Ainda, informação relevante para o presente estudo, está nos dados levantados pelo IBGE (2015), no que concerne ao rebanho de vacas ordenhadas na microrregião, que foi de aproximadamente 8.440 animais.

Conforme os dados apresentados anteriormente, observa-se a importância e relevância do presente estudo, em concentrar-se no Município de Pato Branco, considerando sua posição de destaque na produção leiteira em nível de região e até mesmo no Estado, razão pela qual, optou-se por concentrar o lócus de pesquisa deste artigo.

Para melhor visualização do cenário onde se concentrou a pesquisa, a figura 1 apresenta a localização do município no Estado do Paraná.

Figura 1 - Mapa da localização do município de Pato Branco.



Fonte: Google Maps (2018).

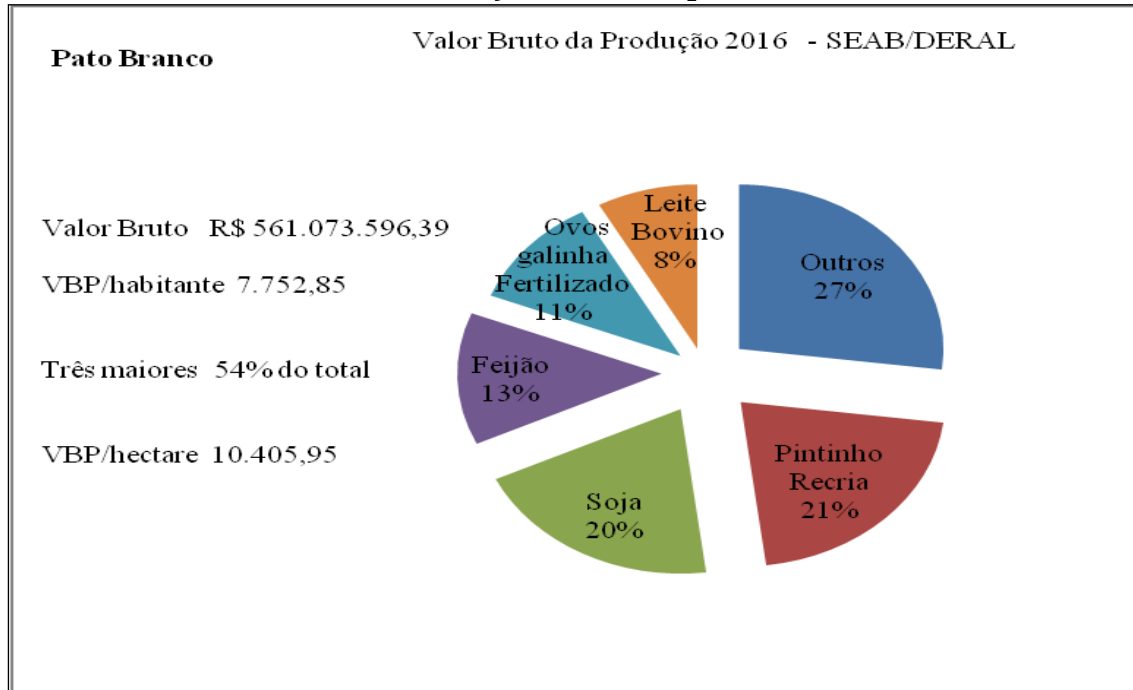
Dado importante que da mesma forma deve ser levado em consideração, para no sentido do valor adicionado fiscal por ramo de atividade econômica, considerando que o leite faz parte da produção primária, tendo grande relevância no valor adicionado neste ramo de atividade. Tomando por base o ano de 2016, de acordo com dados extraídos do IPARDES (2018), o qual em seu caderno municipal traz dados levantados junto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA, 2018), demonstrando que o leite bovino representa pouco mais de 12% do valor adicionado fiscal em relação ao total adicionado, permanecendo ainda as atividades de comércio e serviços com maior contribuição, mais de 48% do total, e a indústria com mais de 38% do total adicionado, sendo a diferença das demais atividades.

Outros dados relevantes podem ser observados ainda quanto ao *lôcus* da pesquisa, onde de acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura de Pato Branco, considerando as notas fiscais de produtores rurais emitidas, a produtividade obtida tendo por base o ano de 2017, foi de aproximadamente 7,4 milhões de litros de leite com uma renda de mais de R\$ 9,2 milhões, sendo que o leite foi entregue junto a diversos destinatários, tendo participado dessa produção 120 produtores do município, de 28 comunidades diferentes.

No que concerne à produtividade total em 2016 o Município de Pato Branco teve 4.164 vacas ordenhadas com uma produção de 12.790.000 litros de leite. Já em 2017 foram ordenhadas 3.486 vacas para uma produção de 16.479.466 litros (IBGE, 2017), uma redução no número de animais na ordem de 19,44 %, porém, um aumento na produção de 28,84%.

Ainda levando em consideração o valor bruto da produção rural (VBP), do Município de Pato Branco, considerando os dados da Secretaria de Estado e do Abastecimento (SEAB) e do Departamento de Economia Rural (DERAL, 2016), o leite bovino representa 8% (oito) por cento em relação ao total do VBP, conforme pode ser visto no gráfico 1:

Gráfico 1 – Valor Bruto da Produção do município de Pato Branco em 2016



Fonte: SEAB/DERAL 2018

Já o Valor Bruto da produção do Município de Pato Branco em relação ao total do Estado pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1 – Valor Bruto da Produção do Município em relação ao total do Estado

Município	VBP		Participação		Ranking	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Pato Branco	477.656.859,42	462.653.723,14	0,6364%	0,5945%	21	25

Fonte: SEAB/DERAL

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

No que concerne às políticas públicas desenvolvidas para estimular a atividade leiteira no Município, destacam-se algumas ações desenvolvidas pelo poder público municipal, em especial pela Secretaria de Agricultura, conforme será apresentado na sequência.

PIA – Programa de Inseminação Artificial

Um programa de grande importância para atividade leiteira é o Programa de Inseminação Artificial (PIA), o qual em 2017 distribuiu mais de 1000 doses de sêmen para melhoramento genético, possuindo 08 agricultores inseminadores em constante treinamento, além de disponibilizar 09 botijões de sêmen, conforme dados da Secretaria de Agricultura de Pato Branco (2018).

O Programa investiu em 2016, pouco mais de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ampliando para um investimento em 2017 de aproximadamente R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), um aumento considerável, próximo de 180%. Esse investimento é feito através do fornecimento gratuito de todo o material utilizado para a inseminação, como luvas, bainha, brinco, nitrogênio e sêmen (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2018).

O produtor possui ainda várias opções de touros para inseminação, possibilitando assim a melhora genética de acordo com orientação técnica e característica de cada animal. No quadro disponível após licitação feita pelo município, estão disponíveis 09 (nove) touros Jersey e 15 (quinze) touros holandês.

Em síntese, o objetivo principal do programa, além de fomentar a atividade leiteira no município, é promover o melhoramento genético, que combinado com ações de manejo dentre outras inerentes a atividade se chegue a níveis de produtividade comparados aos principais produtores do país e até mesmo de outros países produtores.

O resultado desse programa, já vem sendo percebido no Município, onde de acordo com dados da Secretaria de Agricultura local, a quantidade de leite tem aumentado em que pese o número de vacas ordenhadas tenha diminuído, conforme dados já apresentados anteriormente.

Programa Porteira para Dentro

Em continuidade, destaca-se ainda o programa chamado “Porteira para Dentro”, o qual prevê a realização de pequenos serviços na parte interna da propriedade como, por exemplo, melhorias nas entradas de propriedades, cascalhamento, dentre outros, ou seja, são melhorias estruturais dentro da propriedade dos pequenos produtores.

Podem receber esse benefício, os pequenos agricultores inscritos no Cadastro de Produtores Rurais – CAD/PRO e proprietários de imóveis com no máximo três módulos fiscais (54 hectares). Anualmente, o programa atende em média 650 pequenas propriedades. (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2018).

As intervenções são para atendimento solicitado pelo pequeno agricultor, para suprir suas necessidades de acesso à residência, galpões e demais serviços nas instalações da propriedade como terraplanagens, bebedouros para gado, construção e reforma de silos, proteção de fontes, entre outros, conforme prevê a legislação.

Programa Patrulha Rural

Há ainda o programa chamado “Patrulha Rural”, esse atendendo a totalidade do Município até a entrada do estabelecimento, com cascalhamento, bueiros, pontes, entre outros serviços de infraestrutura rural. Logo, tem como principal finalidade realizar ações permanentes para manter conservadas as estradas rurais do município, visando a trafegabilidade, a segurança e o escoamento da safra, bem como do transporte escolar.

Conforme dados da Secretaria de Agricultura (2018), anualmente o programa realiza em média 1.150 quilômetros de obras.

As máquinas da Patrulha Rural, composta de caminhões, tratores, retroescavadeiras, motoniveladoras e rolos compactadores, realizam intervenções nas estradas com limpezas de bueiro, cascalhamento, patrolamento e compactação melhorando o nível de acesso e trafegabilidade do trânsito em geral.

Programa de Desenvolvimento da Agricultura - PRODEAGRI

O município de Pato Branco oferece ainda o Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PRODEAGRI), lançado em 2015, visa oferecer a concessão de serviços e recursos para melhoria da infraestrutura de pequenas propriedades rurais. No total, até o momento, 330 propriedades rurais foram atendidas com concessão de serviços e materiais para melhoria da infraestrutura de suas propriedades.

Segundo a Secretaria de Agricultura de Pato Branco (2018), todos os produtores de leite foram contemplados de alguma maneira com esse programa, o qual destina até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em materiais de construção por produtor de forma gratuita, para que faça pequenas melhorias de infraestrutura em sua propriedade, devendo este prestar contas após o uso do recurso à Secretaria de Agricultura municipal.

Outra forma de ser beneficiado por este programa é a contratação de horas máquinas, que pode ser de no máximo 10 (dez) horas, para execução de trabalhos dentro da propriedade, como açudes, terraplenagens, dentre outros, o que acontece mediante contratação de empresas previamente contratadas pela municipalidade via licitação pública.

Para ser contemplada, a família deve ter até três módulos rurais, 80% da renda oriunda da agricultura, apresentar o bloco de produtor rural atualizado e estar inscrita no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Programa Asfalto no Campo

Uma outra política pública adotada pelo Município, refere-se ao Programa “Asfalto no Campo”, o qual leva pavimentação asfáltica até as comunidades do interior, buscando com isso a valorização do homem do campo, além da valorização financeira das propriedades pela própria infraestrutura existente e, principalmente sua permanência na zona rural, tendo facilitado com isso também, o escoamento da produção de um modo geral. Para a atividade leiteira, que tem busca diária do produto, o acesso com facilidade é primordial para a colocação do produto no mercado.

O Programa Asfalto no Campo, executado desde 2014 junto ao município, já fez 41,71 quilômetros em obras, totalizando R\$ 15.776.911,78 (quinze milhões, setecentos e setenta e seis mil, novecentos e onze reais e setenta e oito centavos) em investimentos, sendo R\$ 9.389.642,77 (nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos) do Município, R\$ 4.924.769,01 (quatro milhões, novecentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e um centavo) do Governo do Estado e R\$ 1.462.500,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) do Governo Federal.

Programa Municipal de Vacinação

Buscando a saúde animal o município ainda tem o Programa Municipal de Vacinação, atuando no controle e erradicação da brucelose com a distribuição de doses de vacina de forma gratuita, subsidiadas pelo Município, sendo que os produtores apenas precisam cadastrar os animais com idade entre 03 (três) e 08 (oito) meses que serão vacinados, junto a Secretaria de Agricultura. A média anual de vacinação chega a 1.150 animais, abrangendo 31 comunidades diferentes do município, conforme dados da Secretaria de Agricultura (2018).

A realização das campanhas de vacinação ocorre a cada quatro meses contra a zoonose de bovinos, prevenindo prejuízos econômicos aos produtores.

Programa de Apoio ao Manejo e Fertilidade de Solo

Esse Programa tem como finalidade atender a pequena propriedade familiar na correção de acidez do solo com o fornecimento de calcário, fosfato, entre outros.

Tem como público-alvo agricultores familiares que produzem alimentos para comercialização no Mercado do Produtor para a merenda escolar, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Anualmente, são fornecidos, em média, 332 toneladas de calcário e 49 toneladas de fosfato. (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, 2018).

Com base na Lei do Calcário do Governo do Estado, seleciona-se por meio de análise do solo, os imóveis de agricultores familiares que necessitam do insumo para recuperar o solo degradado.

É importante ressaltar que é um importante parceiro desse Programa a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), através do Programa de Apoio ao Manejo e Fertilidade do Solo.

Assistência Técnica aos Produtores de Leite

O município ainda dispõe de assistência técnica específica aos produtores de leite, o qual visa atender o pequeno produtor, estimulando o aumento da produção de leite, tendo como público-alvo os produtores de leite da agricultura familiar. Essa assistência atende em média 320 produtores por ano.

Atende pequenos produtores de leite com orientações e assistência técnica, incentivando o manejo adequado de pastagens, visando à sanidade e o avanço genético para o aumento na produção de leite no município.

São parceiros a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

O Município, também, tem ligação direta com os produtores mesmo nos programas que não são oriundos da esfera municipal, em face disso, em que pese não seja definido como tal, exerce papel de principal agente articulador no que concerne a atividade leiteira.

Como exemplo desse papel articulador, pode-se mencionar uma ação do Governo do Estado em parceria com a EMATER, denominado Programa Leite Sudoeste, o qual busca implantar propriedades de referência através das técnicas empregadas para melhorar os índices de produção.

Nesse sentido, observa-se que as ações do poder público municipal no contexto analisado contribuem no movimento de endogeneização do desenvolvimento local, a partir de políticas públicas para fomentar a atividade leiteira no município de Pato Branco, bem como em toda a região, posto que, mesmo ainda em processo de construção e de melhoria, observa-se que há um plano político voltado para a melhoria e a execução de políticas públicas voltadas a atividade econômica do leite, bem como, às demais atividades ligadas ao setor agropecuário, em consequência uma melhora da qualidade socioeconômica da população beneficiária destas melhorias. Nesse sentido, as iniciativas dos governos municipal e estadual, assim como, da iniciativa privada buscando uma melhoria científica e tecnológica criando uma cultura imprescindível para o alavancamento da atividade econômica do leite no município de Pato Branco.

CONCLUSÃO

Com a busca cada vez mais presente pelo desenvolvimento local, a partir das chamadas teoria do desenvolvimento endógeno, observa-se a necessidade de articulação dos atores locais, incluindo a implementação de políticas públicas pelo gestor público, capazes de oferecer melhores condições para o desenvolvimento das atividades econômicas, e, por conseguinte, refletir nos indicadores socioeconômicos da população. Nesse sentido, esse artigo objetivou analisar as políticas públicas do poder público municipal no contexto da atividade leiteira do município de Pato Branco.

No que concerne às políticas públicas para atividade leiteira no município de Pato Branco, visualiza-se uma considerável e crescente ampliação das ações locais. Um dos pontos importantes dessa evolução foi constatado pelos diversos programas específicos desenvolvidos pelo município, em especial o Programa de Inseminação Artificial (PIA), o qual tem melhorado a capacidade genético animal, resultando em maior produtividade e, conseqüente, ganho econômico. Além disso, há também outras formas de investimento como os Programas: Porteira para Dentro, Patrulha no Campo, Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PRODEAGRI), Asfalto no Campo e o Programa Municipal de Vacinação, esse último atuando no controle e erradicação da brucelose e tuberculose.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o Município passa por constante evolução nas políticas públicas para esse setor produtivo, buscando a cada dia melhorar as condições para a atividade leiteira, a qual tem papel significativo na economia local, e, em especial, para os pequenos agricultores.

Contudo, é importante ressaltar que a pesquisa apontou para a necessidade de organizar melhor esta atividade econômica local, com vistas a um movimento de fato em um processo de endogeneização, a partir da articulação dos diversos atores locais no desenvolvimento de ações conjuntas para esta atividade econômica no município.

Ademais, como encaminhamento para trabalhos futuros, recomenda-se identificar o conjunto participante desta possível rede leiteira, visando à criação de um mecanismo de governança local para articular as ações conjuntas, o que pode promover a construção de sinergias em prol do desenvolvimento local.

Para concluir, o que se observa, é que embora ainda haja necessidade de melhorias para o processo de desenvolvimento da atividade leiteira, ainda assim há que se considerar que o município de Pato Branco tem apresentado significativa evolução na sua produtividade leiteira, devendo ser levado em consideração à melhoria

genética dentre outros fatores, o que contribui com a economia local e o desenvolvimento socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade In: Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. SEBRAE, 2004.

ALBUQUERQUE, Francisco. Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. IPEA: Revista Planejamento e Políticas Públicas. N. 23, jun, 2001.

BAZOTTI, Angelita, *et. al.* Caracterização socioeconômica e técnica da atividade leiteira do Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 123, p. 213-234, jul./dez 2012.

BOISIER, Sérgio. "Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional". IN: HADDAD, P. R. *et al.* Economia Regional (teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1988.

_____. (1999) El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico, en Estudios Sociales, n. 99, C.P.U., Santiago de Chile.

_____. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? In: Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Rosário: Editoria Homo Sapiens, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; SZAPIRO, M. H. S. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Nota Técnica 27. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais - REDESIST. Rio de Janeiro (RJ), dez. 2000. 43 p.

COSTA, N. do R. Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.

CUERVO GONZÁLEZ, Luis Maurício. Desarrollo Económico Local: Leyendas y realidades. *Territorios*, enero (1), Universidad de Los Andes, Bogotá, p. 9-24, 1999.

DI PIETRO, L. (1999), El desarrollo local. Estado de la cuestión, FLACSO, Buenos Aires.

DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014

HIRSCHMAN, A. The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. IDS Working Paper 120. Institute of Development Studies, nov. 2000. 37 p.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). Qualidade do leite na região sudoeste do Paraná. João Ari Gualberto Hill...[et. al.]. Londrina, 2011, 56p. Boletim Técnico nº 76.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER). <http://www.emater.pr.gov.br/>. Acesso em 02 de jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default_tab_munic_xls.shtm. Acesso em 02 jul. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em 02 de jul. 2017

LYNN Lynn, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MINAYO, M. C. S.. O desafio do Conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, 7a.ed., 2000.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MYRDAL, G. Economic Theory and Under-developed Regions. London: Duckworth, 1957.

GAROFOLI, G. Les systèmes de petites entreprises: un cas paradigmatique de développement endogène. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). Les régions qui gagnent. Paris, 1992.

PERROUX, F. Note sur la Notion de Pôle de Croissance. *Économie Appliquée*, 7, p. 307-320, Paris, 1995.

PORTER, M. E. The competitive advantage of Nations. The Free Press, Macmillan, Inc., 1990.

SOUZA, Celina. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Governança de sistemas de MPMEs em clusters industriais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPMEs, 4., 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ/Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais-REDESIST, 2002.

_____, W. *et al.*; FURTADO, J.; GARCIA, R. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. *Gestão da Produção*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 425-439, maio/ago. 2007.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. IDS Working Paper 50, Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, March 1997.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB). <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em 02 jul. 2017.

_____(SEAB). <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em 03 abr. 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE PATO BRANCO, 2018.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed., Porto Alegre: Bookman, 2010.

Submetido em 13/07/2018
Aprovado em 05/12/2018

Sobre o(s) Autor(es):

Cleverson Malagi

Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR - Câmpus Pato Branco na linha de pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento (2017). Possui graduação em Bacharelado em Direito pela Faculdade Mater Dei (2009) e graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (2001). Atualmente é assessor da Prefeitura Municipal de Pato Branco..

Email: malagi.adv@gmail.com

Marcos Junior Marini

doutor em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (câmpus Curitiba), na linha de pesquisa Tecnologia e Desenvolvimento (2012), com sua tese abordando a temática dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o desenvolvimento sustentável regional. Possui mestrado em Informática pela Universidade Federal do Paraná (2001), na linha de pesquisa de Inteligência Artificial. Possui especializações em Metodologia do Ensino Tecnológico (1995) e Informática Educativa (1998), ambas cursadas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (câmpus Curitiba). Possui graduação em Processamento de Dados pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1992)..

Email: marini@utfpr.edu.br